

Pedro Lenza

Mestre e Doutor pela USP

Advogado e Professor

Visiting Scholar pela Boston College Law School

Direito Constitucional

ESQUE MATI ZADO

25ª edição

2021

saraiva 



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editoriais Fernando Penteadó

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão Lígia Alves
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

L575d Lenza, Pedro

Direito constitucional / Pedro Lenza. – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Coleção Esquematizado®)
1.560 p.

ISBN: 978-65-5559-491-1

1. Direito. 2. Direito constitucional. I. Título. II. Série.

2020-3035 CDD 342
CDU 342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

Data de fechamento da edição: 8-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606907 CAE 752220

<i>Uma Homenagem Especial</i>	5
<i>Mais uma Homenagem Especial</i>	7
<i>Uma Nova Homenagem Especial</i>	9
<i>Mais uma Nova Homenagem Especial</i>	11
<i>Agradecimentos</i>	15
<i>Nota do Autor à 25.ª Edição</i>	19
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i>	23
1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO	45
1.1. Alocação do direito constitucional	45
1.1.1. A classificação em “ramos do direito”	45
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado	46
1.2. Constitucionalismo	48
1.2.1. Conceito	48
1.2.2. Evolução histórica	48
1.2.3. Esquematização do constitucionalismo	53
1.3. Neoconstitucionalismo	53
1.3.1. Aspectos iniciais	53
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo	55
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo)	56
1.4. O novo constitucionalismo democrático latino-americano. Constitucionalismo pluralista (andino ou indígena). Estado plurinacional e intercultural	59
1.5. Constitucionalismo e soberania popular	61
1.5.1. Aspectos gerais	61
1.6. Constitucionalismo popular (Tushnet) — “Judicial Review” — “Teorias do diálogo constitucional” (Bateup) e “Os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Barroso)	63
1.6.1. Constitucionalismo popular: perspectivas	63
1.6.2. Supremacia judicial <i>versus</i> soberania judicial: a nossa posição no sentido do diálogo constitucional	64
1.6.3. Reversão (superação) legislativa da jurisprudência da Corte: possibilidade de mutação constitucional pela via legislativa	65
1.6.4. “Os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Luís Roberto Barroso)	67

1.7. Constitucionalismo democrático e “backlash” (reação social em razão de decisão da Corte)	73
1.8. “Constitucionalismo abusivo” (David Landau): um alerta que preocupa e não se confunde com o denominado “constitucionalismo autoritário” (Mark Tushnet)	76
1.9. Material digital exclusivo	78
2. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO	79
2.1. Conceito	79
2.1.1. Sentido sociológico	79
2.1.2. Sentido político	79
2.1.3. Sentido material e formal	80
2.1.4. Sentido jurídico	81
2.1.5. Sentido culturalista	83
2.1.6. Constituição aberta	83
2.1.7. Concepções da Constituição: qual o seu papel no ordenamento jurídico de um país?	84
2.2. <i>Crowdsourced constitution</i> : o legado da experiência pioneira da Islândia (2011)	87
2.3. Constitucionalização simbólica	89
2.3.1. Aspectos iniciais	89
2.3.2. Legislação simbólica	90
2.3.3. Constitucionalização simbólica	93
2.3.4. Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico	93
2.3.5. Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais	95
2.4. Classificação (tipologia)	95
2.4.1. Quanto à origem e a distinção entre “Constituição” e “Carta”	95
2.4.2. Quanto à forma	97
2.4.3. Quanto à extensão	99
2.4.4. Quanto ao conteúdo	100
2.4.5. Quanto ao modo de elaboração	100
2.4.6. Quanto à alterabilidade	101
2.4.7. Quanto à sistemática (critério sistemático)	103
2.4.8. Quanto à dogmática	104
2.4.9. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência)	105
2.4.10. Quanto ao sistema	106
2.4.11. Quanto à função	106
2.4.12. Quanto à origem de sua decretação: heterônomas (heteroconstituições) x autónomas (“autoconstituições” ou “homoconstituições”)	107
2.4.13. Constituições garantias, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho)	108
2.4.14. Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das Constituições (André Ramos Tavares)	108
2.4.15. Raul Machado Horta (Constituições expansivas)	109
2.4.16. A Constituição Federal brasileira de 1988	110
2.5. Elementos das Constituições	111
2.6. Histórico das Constituições brasileiras	112
2.6.1. Constituição de 1824	112
2.6.2. Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República	117

2.6.3. Constituição de 1891	117
2.6.4. A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República	122
2.6.5. Constituição de 1934.....	123
2.6.6. Constituição de 1937.....	126
2.6.7. Constituição de 1946.....	130
2.6.8. Golpe Militar de 1964.....	133
2.6.9. Constituição de 1967.....	134
2.6.10. “Constituição” de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969.....	136
2.6.11. Constituição de 1988.....	141
2.7. Material digital exclusivo	145
3. HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS. “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	147
3.1. Mutações constitucionais <i>versus</i> reformas constitucionais	147
3.2. Regras e princípios	151
3.3. Derrotabilidade (<i>defeasibility</i>)	155
3.4. Normas de segundo grau: postulados normativos	159
3.5. Métodos de interpretação	159
3.5.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	160
3.5.2. Método tópico-problemático (ou método da tópica).....	160
3.5.3. Método hermenêutico-concretizador.....	160
3.5.4. Método científico-espiritual	161
3.5.5. Método normativo-estruturante	161
3.5.6. Método da comparação constitucional	161
3.6. Princípios da interpretação constitucional	161
3.6.1. Princípio da unidade da Constituição	162
3.6.2. Princípio do efeito integrador	162
3.6.3. Princípio da máxima efetividade	163
3.6.4. Princípio da justeza ou da conformidade (exatidão ou correção) funcional	163
3.6.5. Princípio da concordância prática ou harmonização.....	163
3.6.6. Princípio da força normativa.....	164
3.6.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	164
3.6.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	165
3.7. Limites da interpretação constitucional	166
3.7.1. Decisões interpretativas em sentido estrito	167
3.7.2. Decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas)	168
3.7.3. Lacuna constitucional e o “pensamento jurídico do possível” na jurisprudência do STF.....	174
3.7.4. Críticas ao “pamprincipiologismo” (Streck) e a realidade de uma inegável “Supremocracia”.....	176
3.7.5. Desacordo moral razoável.....	178
3.8. Teoria dos poderes implícitos.....	179
3.9. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição.....	180
3.10. Estrutura da Constituição	182
3.10.1. Preâmbulo	182
3.10.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).....	186
3.11. Material digital exclusivo	192

4. PODER CONSTITUINTE.....	193
4.1. Esquema geral.....	193
4.2. Conceito e titularidade	193
4.3. Hiato constitucional (revolução — mutação — reforma — hiato autoritário)	194
4.4. Poder constituinte originário (genuíno ou de 1.º grau)	195
4.4.1. Conceito.....	195
4.4.2. Uma subdivisão	195
4.4.3. Características.....	196
4.4.4. Poder constituinte originário formal e material	198
4.4.5. Formas de expressão	198
4.4.6. A proposta de convocação de uma “assembleia nacional constituinte exclusiva e específica” para a reforma política: aberração jurídica; violência ao sistema... ..	198
4.4.7. “Lipoaspiração constitucional” e a proposta de realização de plebiscito para a elaboração de uma nova Constituição.....	200
4.5. Poder constituinte derivado (instituído, constituído, secundário, de 2.º grau ou remanescente)	200
4.5.1. Conceito e espécies	200
4.5.2. Poder constituinte derivado reformador	201
4.5.3. Poder constituinte derivado decorrente	202
4.5.4. Poder constituinte derivado revisor	207
4.6. Poder constituinte difuso.....	209
4.7. Poder constituinte supranacional.....	211
4.8. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	212
4.8.1. Recepção	212
4.8.2. Repristinção.....	215
4.8.3. Desconstitucionalização.....	216
4.8.4. Recepção material de normas constitucionais.....	217
4.9. Poder constituinte e direito adquirido. Graus de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?.....	218
4.10. Material digital exclusivo	220
5. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	221
5.1. Eficácia jurídica e eficácia social.....	221
5.2. Normas constitucionais de eficácia plena	221
5.3. Normas constitucionais de eficácia contida	222
5.4. Normas constitucionais de eficácia limitada	225
5.5. A classificação de Maria Helena Diniz.....	228
5.6. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto.....	229
5.7. Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	230
5.8. Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais.....	231
5.9. Eficácia e aplicabilidade na jurisprudência do STF.....	232
5.10. Material digital exclusivo	237
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	239
6.1. Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro	239
6.1.1. Noções preliminares	239
6.1.2. A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da “teoria da nulidade”. Sistema austríaco (Kelsen) <i>versus</i> Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade <i>versus</i> nulidade.....	240

6.1.3. Flexibilização das teorias da “nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional” e da “anulabilidade da norma inconstitucional” no direito estrangeiro (brevíssima noção)	242
6.1.4. Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro	244
6.1.5. Constitucionalidade e inconstitucionalidade superveniente?	247
6.2. Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	250
6.2.1. Constituição de 1824	250
6.2.2. Constituição de 1891	251
6.2.3. Constituição de 1934	251
6.2.4. Constituição de 1937	252
6.2.5. Constituição de 1946	252
6.2.6. Constituição de 1967 e EC n. 1/69	252
6.2.7. Constituição de 1988	252
6.3. Espécies de inconstitucionalidade e o “estado de coisas inconstitucional”	254
6.3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático)	254
6.3.2. Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato)	255
6.3.3. Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário)	258
6.3.4. Vício de decoro parlamentar (?)	258
6.3.5. “Estado de coisas inconstitucional”	262
6.4. Momentos de controle	262
6.4.1. Controle prévio ou preventivo	263
6.4.2. Controle posterior ou repressivo	269
6.5. Sistemas e vias de controle judicial	278
6.6. Controle difuso	279
6.6.1. Origem histórica: <i>Marbury versus Madison</i> , Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180)	279
6.6.2. Noções gerais	281
6.6.3. Controle difuso nos tribunais e a cláusula de reserva de plenário (<i>full bench</i>). Art. 97 da CF/88	281
6.6.4. Efeitos da decisão	288
6.6.5. Para terceiros (art. 52, X): mutação constitucional do papel do Senado Federal no controle difuso. Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso — tendência para uma maior expansividade das decisões mesmo quando tomadas em controvérsias individuais. Perspectivas do controle incidental em controle concentrado. Limitação do cabimento da reclamação	293
6.6.6. Controle difuso em sede de ação civil pública	315
6.7. Controle concentrado	317
6.7.1. ADI genérica	317
6.7.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	415
6.7.3. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	419
6.7.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	428
6.7.5. Representação interventiva (IF)	442
6.8. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-Membros	452
6.8.1. Regras gerais	452
6.8.2. Objeto	453
6.8.3. Competência	453

6.8.4. Legitimados.....	453
6.8.5. Parâmetro de controle (pauta de referência ou paradigma de confronto)	455
6.8.6. “Simultaneus processus”.....	461
6.9. Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil	464
6.10. Material digital exclusivo	468
7. DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	469
7.1. Noções preliminares.....	469
7.1.1. Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado	469
7.1.2. Forma de governo, sistema de governo e forma de Estado.....	469
7.2. Formas de Estado	470
7.3. Federação.....	471
7.3.1. Histórico	471
7.3.2. Tipologias do Federalismo	472
7.3.3. Características da Federação.....	475
7.3.4. Federação brasileira	476
7.4. União Federal	485
7.4.1. Capital Federal	486
7.4.2. Bens da União	488
7.4.3. Competências da União Federal	492
7.4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento	498
7.5. Estados-Membros	499
7.5.1. Formação dos Estados-Membros.....	500
7.5.2. Bens dos Estados-Membros	506
7.5.3. Competências dos Estados-Membros	507
7.5.4. Exploração dos serviços locais de gás canalizado.....	508
7.5.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	508
7.6. Municípios	515
7.6.1. Formação dos Municípios	515
7.6.2. Competências dos Municípios	518
7.7. Distrito Federal.....	520
7.7.1. Histórico	520
7.7.2. Distrito Federal como unidade federada.....	521
7.7.3. Outras características importantes.....	521
7.7.4. Competências do Distrito Federal.....	522
7.8. Territórios Federais	523
7.8.1. Histórico	523
7.8.2. Natureza jurídica	524
7.8.3. Ainda existem territórios no Brasil?.....	524
7.8.4. Mas, afinal de contas, o que é Fernando de Noronha?	525
7.8.5. Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios?.....	525
7.8.6. Outras características importantes sobre Territórios Federais.....	526
7.9. Modelos de repartição de competências	527
7.9.1. Modelo clássico e modelo moderno.....	527
7.9.2. Modelo horizontal e modelo vertical	528
7.10. Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF	529
7.11. Amianto, tabaco e Covid-19 (pandemia).....	530

7.11.1. Amianto	530
7.11.2. Tabaco	534
7.11.3. Covid-19 — medidas tomadas para o enfrentamento da pandemia	536
7.12. Intervenção	536
7.12.1. Intervenção federal.....	537
7.12.2. Intervenção estadual.....	548
7.13. Material digital exclusivo	549
8. SEPARAÇÃO DE “PODERES” — TEORIA GERAL.....	551
8.1. Noções introdutórias	551
8.1.1. Aristóteles: identificação das funções do Estado	551
8.1.2. Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e a divisão orgânica ...	551
8.1.3. E qual seria a finalidade da separação dos poderes?.....	552
8.2. Funções típicas e atípicas	554
8.3. Impropriedade da expressão “tripartição de Poderes”.....	556
8.4. A independência dos Poderes e a indelegabilidade de atribuições.....	557
8.5. Material digital exclusivo	558
9. PODER LEGISLATIVO	559
9.1. Estrutura do Poder Legislativo	559
9.1.1. Estrutura do Poder Legislativo federal	559
9.1.2. Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais	559
9.2. Atribuições do Congresso Nacional	564
9.3. Câmara dos Deputados.....	566
9.3.1. Aspectos fundamentais.....	566
9.3.2. Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais	567
9.3.3. Competências privativas da Câmara dos Deputados.....	568
9.4. Senado Federal	568
9.4.1. Aspectos fundamentais.....	568
9.4.2. Requisitos para a candidatura dos Senadores	569
9.4.3. Competências privativas do Senado Federal	569
9.5. Quadro comparativo e deliberações.....	571
9.6. Remuneração dos parlamentares.....	572
9.6.1. Subsídio mensal.....	572
9.6.2. Verba indenizatória: dever de transparência.....	574
9.7. Das reuniões	575
9.7.1. Sessão legislativa ordinária.....	575
9.7.2. Hipóteses de convocação extraordinária	576
9.7.3. Reunião em sessão conjunta.....	578
9.7.4. Sessão preparatória e Mesas Diretoras	578
9.8. Das comissões parlamentares.....	579
9.8.1. Comissão temática ou em razão da matéria (permanentes).....	580
9.8.2. Comissão especial ou temporária	580
9.8.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	580
9.8.4. Comissão mista	596
9.8.5. Comissão representativa.....	596
9.9. Imunidades parlamentares	597
9.9.1. Aspectos introdutórios.....	597

9.9.2. Imunidade parlamentar federal.....	598
9.9.3. Parlamentares estaduais e do DF.....	629
9.9.4. Parlamentares municipais.....	629
9.10. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais.....	630
9.11. Perda do mandato do Deputado ou Senador.....	630
9.11.1. Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades.....	630
9.11.2. Cassação x extinção do mandato.....	631
9.11.3. Votação aberta na hipótese de cassação do mandato: aprovação da “PEC do voto aberto” (EC n. 76/2013). Avanço democrático.....	632
9.11.4. A perda do mandato parlamentar em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado e a interpretação fixada pelo STF no julgamento da AP 470 (“mensalão”), bem como da AP 565 (art. 15, III, x art. 55, §§ 2.º e 3.º). O caso concreto da AP 396. Proposta de exceção objetiva à regra geral (MS 32.326 e APs 694 e 863).....	632
9.11.5. É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?.....	639
9.11.6. Perda do mandato nas hipóteses de infidelidade partidária.....	640
9.11.7. Suspensão do exercício do mandato de parlamentar eleito (AC 4.070).....	640
9.12. Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador e outras regras.....	641
9.13. Processo legislativo.....	643
9.13.1. Considerações introdutórias.....	643
9.13.2. Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares.....	644
9.13.3. Fase de iniciativa.....	645
9.13.4. Fase constitutiva.....	664
9.13.5. Fase complementar — promulgação e publicação.....	675
9.14. Espécies normativas.....	676
9.14.1. Emenda constitucional.....	677
9.14.2. Lei complementar e lei ordinária.....	683
9.14.3. Lei delegada.....	688
9.14.4. Medida provisória.....	690
9.14.5. Decreto legislativo.....	707
9.14.6. Resolução.....	717
9.14.7. Quadro comparativo das espécies normativas.....	718
9.15. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas.....	718
9.15.1. Tribunal de Contas da União.....	719
9.15.2. Distinção entre a atuação do TCU e da CGU: inexistência de invasão de atribuições. Auxílio no controle externo (TCU) x controle interno (CGU) — perfeita convivência.....	733
9.15.3. Tribunais de Contas Estaduais e Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	734
9.15.4. Tribunais de Contas Municipais.....	736
9.15.5. Ministério Público Especial (art. 130).....	739
9.16. Material digital exclusivo.....	740
10. PODER EXECUTIVO.....	741
10.1. Notas introdutórias.....	741
10.2. Presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo.....	741
10.3. Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito.....	742
10.4. O Poder Executivo na CF/88.....	743

10.4.1.	O exercício do Poder Executivo no Brasil	743
10.4.2.	Atribuições conferidas ao Presidente da República	744
10.4.3.	Condições de elegibilidade	749
10.4.4.	Processo eleitoral	749
10.4.5.	Posse e mandato	750
10.4.6.	Impedimento e vacância dos cargos	751
10.4.7.	Ministros de Estado	759
10.4.8.	Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	763
10.4.9.	Crimes de responsabilidade	766
10.4.10.	Crimes comuns	774
10.4.11.	Prisão.....	776
10.4.12.	A imunidade formal em relação à prisão (art. 86, § 3.º) e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa (art. 86, § 4.º) podem ser estendidas aos demais chefes do Poder Executivo por atos normativos dos respectivos entes federativos?	776
10.4.13.	Outras regras importantes sobre os demais Chefes do Poder Executivo	777
10.4.14.	Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade	780
10.5.	Material digital exclusivo	792
11.	PODER JUDICIÁRIO.....	793
11.1.	Funções do Poder Judiciário.....	793
11.2.	Algumas características da jurisdição.....	793
11.3.	Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004.....	795
11.3.1.	Histórico de sua tramitação	795
11.3.2.	Principais alterações	797
11.3.3.	Principais ações diretas e decisões do STF em relação às novidades introduzidas pela EC n. 45/2004 (ordem cronológica de propositura)	801
11.4.	Estatuto da Magistratura.....	801
11.4.1.	Disposições gerais.....	801
11.4.2.	A EC n. 88/2015 (fruto da “PEC da Bengala”), a EC n. 103/2019 (“Reforma da Previdência”) e as ADIs 5.316, 5.430, 5.486 e 5.490	806
11.5.	Garantias do Judiciário	810
11.5.1.	Garantias institucionais do Judiciário	811
11.5.2.	Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos)	812
11.5.3.	Prerrogativa de foro: o magistrado aposentado tem direito a foro especial por prerrogativa de função?	818
11.6.	Estrutura do Judiciário.....	819
11.6.1.	Órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	819
11.6.2.	Justiças: comum e especial	820
11.6.3.	Competência penal <i>versus</i> competência civil.....	821
11.6.4.	Juizados Especiais: algumas particularidades.....	822
11.6.5.	Organograma do Poder Judiciário	831
11.7.	A regra do “quinto constitucional”	832
11.8.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário	835
11.8.1.	Supremo Tribunal Federal (STF).....	835
11.8.2.	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	844
11.8.3.	Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais	847
11.8.4.	Tribunais e Juízes do Trabalho	848

11.8.5. Tribunais e Juízes Eleitorais	855
11.8.6. Tribunais e Juízes Militares.....	860
11.8.7. Tribunais e Juízes dos Estados	881
11.8.8. Varas Agrárias e os conflitos fundiários.....	883
11.8.9. Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas ...	885
11.8.10. Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios.....	886
11.9. Princípio do juiz natural e convocação de juízes de primeiro grau para compor órgão julgador de tribunal.....	887
11.10. Magistratura — teto de subsídio x teto de remuneração — Poder Judiciário — caráter nacional e unitário	888
11.11. Da Justiça de Paz (art. 98, II).....	890
11.11.1. Regras gerais.....	890
11.11.2. Os juízes de paz integram o Poder Judiciário?.....	893
11.12. Dos precatórios	894
11.12.1. Regras gerais.....	894
11.12.2. Espécies de precatórios: regra geral (natureza não alimentícia) e os de natureza alimentícia.....	898
11.12.3. Sistemática da “superpreferência” — art. 100, § 2.º (EC n. 62/2009)	900
11.12.4. Compensação de precatório com débitos tributários — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF (EC n. 62/2009) e disposições estabelecidas pela EC n. 94/2016.....	901
11.12.5. Utilização de precatórios para compra de imóveis públicos	902
11.12.6. Atualização de valores de requisitos de acordo com os índices da caderneta de poupança — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF	902
11.12.7. Cessão dos créditos em precatórios a terceiros e a possibilidade de assunção de débitos diretamente pela União.....	903
11.12.8. Aferição mensal, em base anual, do comprometimento das receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigação de pequeno valor (EC n. 94/2016).....	904
11.12.9. Regime especial I: art. 33, ADCT (poder constituinte originário)	905
11.12.10. Regime especial II: art. 78, ADCT (EC n. 30/2000).....	905
11.12.11. Regime especial III: art. 100, § 15, da CF/88 e art. 97 do ADCT — inconstitucionalidade reconhecida pelo STF. Modulação dos efeitos da decisão — sobrevida ao regime especial por 5 exercícios financeiros a contar de 1.º.01.2016 (ADIs 4.357 e 4.425-QO, j. 25.03.2015)	906
11.12.12. Regime especial IV: arts. 101 a 105, ADCT — ECs ns. 94/2016 e 99/2017..	910
11.12.13. Requisição de pequeno valor (RPV): exceção à regra geral do precatório....	914
11.12.14. Débitos das entidades da administração indireta: precatórios?	918
11.12.15. Intervenção federal ou estadual e não pagamento de precatórios.....	923
11.13. Conselho Nacional de Justiça	924
11.13.1. Aspectos gerais e composição do CNJ.....	924
11.13.2. Aperfeiçoamento do CNJ: EC n. 61/2009	926
11.13.3. Inexistência de regulamentação (critérios objetivos) para a indicação dos membros do CNJ.....	928
11.13.4. O CNJ é constitucional?.....	929
11.13.5. Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?).....	931
11.13.6. O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?.....	936
11.13.7. Corregedoria Nacional de Justiça e Ministro-Corregedor do CNJ	936

11.13.8.	O CNJ, no exercício de suas atribuições correccionais, atua originariamente (primariamente) e concorrentemente com as Corregedorias dos tribunais ...	936
11.13.9.	Prerrogativa de foro	937
11.13.10.	Outras regras sobre o CNJ	938
11.14.	Súmula vinculante	938
11.14.1.	Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas.....	938
11.14.2.	As “famílias” do direito.....	939
11.14.3.	Influência do <i>stare decisis</i> da família da <i>common law</i>	940
11.14.4.	Influência da Alemanha e da Áustria	940
11.14.5.	A influência do direito português	941
11.14.6.	A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	941
11.14.7.	A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência).....	941
11.14.8.	Prenúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional.....	943
11.14.9.	Prenúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil	943
11.14.10.	Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004.....	943
11.14.11.	As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante ..	945
11.14.12.	As súmulas vinculantes (a de número 30 com a publicação suspensa) editadas pelo STF	952
11.14.13.	Aspectos conclusivos	952
11.15.	Extinção dos Tribunais de Alçada	953
11.15.1.	Histórico nas Constituições	953
11.15.2.	O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados	954
11.15.3.	A EC n. 45/2004	955
11.16.	Material digital exclusivo	956
12.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	957
12.1.	Noções introdutórias	957
12.2.	Ministério Público	957
12.2.1.	Histórico.....	957
12.2.2.	Definição e investidura (“quarentena de entrada”)	964
12.2.3.	Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral	966
12.2.4.	Chefe do Ministério Público.....	969
12.2.5.	Princípios institucionais.....	975
12.2.6.	Princípio do promotor natural	977
12.2.7.	Garantias do Ministério Público.....	982
12.2.8.	Funções institucionais do Ministério Público	987
12.2.9.	A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP. A investigação criminal não é exclusividade da polícia (devendo ser observados alguns parâmetros).....	991
12.2.10.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	994
12.2.11.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (art. 130).....	1001
12.3.	Advocacia pública.....	1003
12.3.1.	A distorção corrigida pela EC n. 19/98.....	1003
12.3.2.	Atribuições e prerrogativas dos ocupantes dos cargos das carreiras jurídicas da advocacia pública (regras gerais)	1004
12.3.3.	O advogado público pode exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo?	1005

12.3.4.	Assessoramento, amplitude vinculativa dos pareceres jurídicos e a responsabilização dos advogados públicos.....	1006
12.3.5.	<i>Contempt of Court</i> : a multa do art. 14, parágrafo único, do CPC/73 e os advogados públicos — ADI 2.652. CPC/2015 — avanço na linha da decisão do STF.....	1010
12.3.6.	Pareceres e Súmula da Advocacia-Geral da União.....	1011
12.3.7.	Advocacia-Geral da União.....	1012
12.3.8.	Procuradoria-Geral dos Estados e do Distrito Federal.....	1022
12.3.9.	Procuradoria-Geral dos Municípios.....	1026
12.3.10.	Advocacia pública e os honorários de sucumbência no CPC/2015.....	1027
12.4.	Advocacia.....	1028
12.4.1.	A advocacia à luz da jurisprudência do STF.....	1030
12.5.	Defensoria Pública.....	1045
12.5.1.	“Ondas renovatórias” (4. ^a e 5. ^a ondas?). Global Access to Justice Project....	1045
12.5.2.	Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional. Acesso à justiça como elemento instrumental de concretização do mínimo existencial (Barcellos).....	1046
12.5.3.	Regras gerais e abrangência da Defensoria Pública.....	1047
12.5.4.	O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário), bem como pelas ECs ns. 69/2012 e 74/2013: autonomia funcional, administrativa e financeira.....	1051
12.5.5.	Autonomia da Defensoria Pública da União — DPU. Constitucionalidade da EC n. 74/2013. A pretensão formulada na ADI 5.296 (10.04.2015) mostra-se totalmente infundada.....	1054
12.5.6.	As profundas alterações introduzidas pela EC n. 80/2014.....	1057
12.5.7.	A Defensoria Pública como cláusula pétreia.....	1063
12.5.8.	Princípio do defensor público natural.....	1064
12.5.9.	Garantias dos membros da Defensoria Pública.....	1065
12.5.10.	É possível o reconhecimento da garantia da vitaliciedade para os membros da Defensoria Pública?.....	1067
12.5.11.	A Defensoria Pública como “custos vulnerabilis” (Maurilio Casas Maia): origem histórica. Atuação da Defensoria Pública além das situações de vulnerabilidade meramente econômico-financeira. Perspectiva de contraponto à atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica. Paridade de armas entre acusação pública e defesa pública.....	1070
12.5.12.	Expressa previsão de notificação da Defensoria Pública da União nas hipóteses de retirada compulsória do migrante ou do visitante (Lei de Migração — Lei n. 13.445/2017).....	1078
12.5.13.	Algumas questões já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ.....	1078
12.6.	Material digital exclusivo.....	1093
13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	1095
13.1.	Sistema constitucional das crises.....	1095
13.1.1.	Noções introdutórias.....	1095
13.1.2.	Constitucionalismo brasileiro: quadro descritivo.....	1097
13.1.3.	Controle judicial.....	1099
13.2.	Estado de defesa (CF/88).....	1101
13.2.1.	Hipóteses de decretação do estado de defesa.....	1101
13.2.2.	Procedimento e regras gerais.....	1102

13.2.3.	Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação	1102
13.3.	Estado de sítio (CF/88)	1103
13.3.1.	Hipóteses de decretação do estado de sítio	1103
13.3.2.	Procedimento e abrangência	1104
13.3.3.	Medidas coercitivas	1104
13.3.4.	Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio	1105
13.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio	1106
13.5.	Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio (CF/88)	1107
13.6.	Forças Armadas	1110
13.6.1.	Regras gerais	1110
13.6.2.	Emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO). As Forças Armadas não assumem o papel de poder moderador na hipótese de conflito entre poderes	1112
13.6.3.	Acumulação de cargos (ECs n. 77/2014 e n. 101/2019)	1115
13.6.4.	<i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares	1116
13.6.5.	Serviço militar obrigatório	1116
13.6.6.	Leis de iniciativa reservada ao Presidente da República (art. 61, § 1.º, I e II, “f”)	1117
13.6.7.	As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?	1117
13.6.8.	Editais de concurso podem estabelecer limite de idade para o ingresso nas Forças Armadas?	1118
13.6.9.	“Princípio da insignificância” e crimes militares: o caso concreto de posse de reduzida quantidade de substância entorpecente. Princípio da especiali- dade. Afastamento da Lei de Drogas	1119
13.6.10.	A criminalização da “pederastia” ainda se justifica no Código Penal Militar? (ADPF 291)	1121
13.6.11.	Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99	1122
13.7.	Segurança Pública	1123
13.7.1.	Aspectos gerais	1123
13.7.2.	Cooperação entre a União e os Estados-Membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública	1126
13.7.3.	BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego	1127
13.7.4.	UPPs — Unidades de Polícia Pacificadora (RJ)	1128
13.7.5.	Polícias da União	1128
13.7.6.	Polícias dos Estados	1133
13.7.7.	Polícias do Distrito Federal	1137
13.7.8.	Polícias dos Territórios	1139
13.7.9.	Policiais civis e militares: direito de greve (?) e anistia (?)	1140
13.7.10.	A extinção da pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal (Lei n. 13.967/2019)	1145
13.7.11.	Polícias penais federal, estadual e distrital (EC n. 104/2019)	1148
13.8.	Polícias dos Municípios	1151
13.9.	Segurança viária. Carreira dos agentes de trânsito. EC n. 82/2014	1153
13.9.1.	Tramitação da EC n. 82/2014	1153
13.9.2.	A segurança viária é questão de saúde pública	1153
13.9.3.	Tripé da segurança viária	1154

13.9.4.	Segurança viária: questão a ser tratada de forma indissociável da segurança pública.....	1155
13.9.5.	A carreira específica de agentes de trânsito.....	1156
13.10.	Material digital exclusivo.....	1158
14.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	1159
14.1.	Localização.....	1159
14.2.	Evolução dos direitos fundamentais (“gerações” ou “dimensões” de direitos).....	1159
14.2.1.	Direitos fundamentais da 1.ª dimensão.....	1160
14.2.2.	Direitos fundamentais da 2.ª dimensão.....	1161
14.2.3.	Direitos fundamentais da 3.ª dimensão.....	1161
14.2.4.	Direitos fundamentais da 4.ª dimensão.....	1162
14.2.5.	Direitos fundamentais da 5.ª dimensão.....	1163
14.3.	Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais.....	1163
14.4.	Características dos direitos e garantias fundamentais.....	1164
14.5.	Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	1165
14.6.	A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	1165
14.7.	A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek.....	1167
14.8.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	1167
14.8.1.	Aspectos gerais.....	1168
14.8.2.	Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediate).....	1168
14.8.3.	Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais.....	1169
14.8.4.	Alguns precedentes.....	1169
14.8.5.	Brevíssima conclusão.....	1171
14.9.	Deveres fundamentais.....	1171
14.10.	Direitos individuais e coletivos.....	1172
14.10.1.	Direito à vida (art. 5.º, <i>caput</i>).....	1172
14.10.2.	Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , I).....	1183
14.10.3.	Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	1193
14.10.4.	Proibição da tortura (art. 5.º, III).....	1193
14.10.5.	Liberdade da manifestação de pensamento (art. 5.º, IV e V).....	1196
14.10.6.	Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII).....	1206
14.10.7.	Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação. Indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X).....	1217
14.10.8.	Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas (art. 5.º, X).....	1218
14.10.9.	Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI).....	1226
14.10.10.	Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII).....	1228
14.10.11.	Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII).....	1231
14.10.12.	Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII).....	1232
14.10.13.	Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV).....	1234
14.10.14.	Direito de reunião (art. 5.º, XVI).....	1234
14.10.15.	Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	1237
14.10.16.	Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI).....	1238
14.10.17.	Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI).....	1240
14.10.18.	Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX).....	1241
14.10.19.	Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII).....	1241
14.10.20.	Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV).....	1244

14.10.21.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV).....	1246
14.10.22.	Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI).....	1250
14.10.23.	Princípio do promotor natural (art. 5.º, LIII).....	1252
14.10.24.	Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII).....	1252
14.10.25.	Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004).....	1254
14.10.26.	Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004) — Incidente de deslocamento de competência — IDC.....	1256
14.10.27.	Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII).....	1261
14.10.28.	Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos fundamentais	1261
14.10.29.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV).....	1280
14.10.30.	Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I).....	1286
14.10.31.	Provas ilícitas (art. 5.º, LVI).....	1287
14.10.32.	Publicidade dos atos processuais e dever de motivação das decisões judiciais (arts. 5.º, LX, e 93, IX). Perspectivas do CPC/2015.....	1287
14.10.33.	Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV).....	1289
14.10.34.	Erro judiciário (art. 5.º, LXXV).....	1290
14.10.35.	Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI).....	1291
14.10.36.	Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5.º, LXXVII)...	1293
14.10.37.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII).....	1294
14.11.	Remédios constitucionais.....	1299
14.11.1.	Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esquematizado.....	1299
14.11.2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	1300
14.11.3.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX).....	1310
14.11.4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX).....	1314
14.11.5.	Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI).....	1317
14.11.6.	<i>Habeas data</i> (art. 5.º, LXXII).....	1326
14.11.7.	Ação popular (art. 5.º, LXXIII).....	1328
14.12.	Material digital exclusivo.....	1334
15.	DIREITOS SOCIAIS.....	1335
15.1.	Aspectos gerais.....	1335
15.2.	Breves comentários aos direitos sociais.....	1336
15.2.1.	Direito à educação.....	1336
15.2.2.	Direito à saúde.....	1337
15.2.3.	Direito à alimentação.....	1337
15.2.4.	Direito ao trabalho.....	1338
15.2.5.	Direito à moradia.....	1338
15.2.6.	Direito ao transporte.....	1339
15.2.7.	Direito ao lazer.....	1339
15.2.8.	Direito à segurança.....	1340
15.2.9.	Direito à previdência social.....	1340
15.2.10.	Proteção à maternidade e à infância.....	1340
15.2.11.	Assistência aos desamparados.....	1343
15.3.	“PEC da felicidade” — PEC n. 513/2010-CD e PEC n. 19/2010-SF.....	1343
15.4.	Direitos relativos aos trabalhadores.....	1345
15.4.1.	Direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	1345

15.4.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11).....	1351
15.5. “Metodologia <i>fuzzy</i> ” e “camaleões normativos” na problemática dos direitos sociais, culturais e econômicos (Canotilho).....	1355
15.5.1. Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária. Interpretação a ser dada à EC n. 86/2015 (fruto da “PEC do Orçamento Impositivo”) e perspectivas lançadas pela EC n. 95/2016.....	1357
15.5.2. “Judicialização da saúde”: fornecimento de medicamentos.....	1358
15.6. Material digital exclusivo	1361
16. NACIONALIDADE.....	1363
16.1. Conceito	1363
16.1.1. Definições correlatas	1363
16.2. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição	1364
16.3. Brasileiro nato.....	1365
16.4. Brasileiro naturalizado	1367
16.4.1. Noções introdutórias: procedimento	1367
16.4.2. Naturalização ordinária constitucional em relação aos originários de países de língua portuguesa.....	1368
16.4.3. Naturalização ordinária legal	1368
16.4.4. Naturalização especial.....	1369
16.4.5. Naturalização provisória.....	1369
16.4.6. Naturalização extraordinária ou quinzenária.....	1369
16.4.7. Conclusão de curso superior: ainda subsiste com a revogação do Estatuto dos Estrangeiros?	1370
16.5. Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade.....	1370
16.6. A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?.....	1371
16.6.1. Regra geral.....	1371
16.6.2. Hipóteses taxativas de exceção à regra geral	1371
16.7. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão	1384
16.7.1. Repatriação	1384
16.7.2. Deportação.....	1385
16.7.3. Expulsão.....	1386
16.7.4. Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros?.....	1388
16.8. Asilo político e refúgio (direito de permanecer no Brasil).....	1388
16.9. Perda da nacionalidade	1390
16.9.1. Hipóteses de perda da nacionalidade.....	1390
16.10. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	1393
16.11. Material digital exclusivo	1395
17. DIREITOS POLÍTICOS.....	1397
17.1. Noções introdutórias.....	1397
17.1.1. Democracia semidireta ou participativa.....	1397
17.1.2. Plebiscito <i>versus</i> referendo: experiências na história brasileira	1398
17.1.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição?	1401
17.1.4. Quadro comparativo: plebiscito <i>versus</i> referendo	1402
17.1.5. Outros institutos de democracia semidireta ou participativa: <i>recall</i> e veto popular	1402

17.1.6.	Democracia contemporânea: novas perspectivas (Luís Roberto Barroso)	1403
17.2.	Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio, voto e escrutínio	1404
17.3.	Direito político positivo (direito de sufrágio).....	1405
17.3.1.	Capacidade eleitoral ativa.....	1405
17.3.2.	Capacidade eleitoral passiva.....	1408
17.4.	Direitos políticos negativos	1408
17.4.1.	Inelegibilidades.....	1409
17.4.2.	Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade?.....	1416
17.4.3.	Privação dos direitos políticos — perda e suspensão.....	1421
17.4.4.	Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos	1423
17.5.	Servidor público e exercício do mandato eletivo.....	1423
17.6.	Material digital exclusivo	1424
18.	PARTIDOS POLÍTICOS E O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS	1425
18.1.	Conceito	1425
18.2.	Regras constitucionais.....	1425
18.3.	Fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão — direito de antena (EC n. 97/2017).....	1427
18.4.	Coligações partidárias: evolução jurisprudencial e reformas constitucionais (ECS ns. 52/2006 e 97/2017).....	1428
18.4.1.	Regras gerais	1428
18.4.2.	Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE.....	1429
18.4.3.	Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE e o destaque para o art. 16, CF/88 (cláusula constitucional da anualidade)...	1431
18.4.4.	Ataques à regra da EC n. 52/2006, que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (anualidade eleitoral — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente pôde ser aplicada às eleições que ocorreram até um ano da data de sua vigência..	1433
18.4.5.	EC n. 97/2017: alteração da Constituição Federal para se vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, admitindo-as apenas, como faculdade, para as eleições majoritárias	1435
18.5.	Fidelidade partidária.....	1436
18.5.1.	Sistema proporcional	1437
18.5.2.	Sistema majoritário	1437
18.5.3.	Resolução do TSE x Minirreforma Eleitoral (Lei n. 13.165/2015). Aspectos sobre a justa causa para desfiliação partidária e o caso específico do sistema majoritário.....	1438
18.5.4.	EC n. 91/2016 (“Janela Partidária Constitucional”) e Minirreforma Eleitoral (“Janela Partidária Legal”)	1440
18.5.5.	EC n. 97/2017 (nova “Janela Partidária Constitucional”).....	1440
18.6.	A vaga decorrente do licenciamento de titulares de mandato parlamentar deve ser ocupada pelos suplentes das coligações ou dos partidos?.....	1441
18.7.	Financiamento das campanhas eleitorais — ADI 4.650, ADI 5.394 (aspectos da minirreforma eleitoral de 2015 — Lei n. 13.165) e ADI 5.494 (perspectivas a partir da minirreforma eleitoral de 2017 — Lei n. 13.488).....	1442
18.8.	Material digital exclusivo	1444

19. ORDEM SOCIAL	1445
19.1. Aspectos gerais.....	1445
19.1.1. Valores da ordem social: base e objetivo.....	1445
19.1.2. Conteúdo da ordem social.....	1446
19.2. Seguridade social.....	1447
19.2.1. Princípios orientadores da organização da seguridade social.....	1447
19.2.2. Financiamento da seguridade social.....	1447
19.2.3. Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar).....	1449
19.2.4. Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente”.....	1449
19.2.5. Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para sociedades civis de profissões regulamentadas.....	1450
19.3. Educação.....	1453
19.3.1. <i>Homeschooling</i> (RE 888.815).....	1453
19.3.2. FUNDEB — Aspectos gerais — ECs ns. 53/2006 e 108/2020.....	1453
19.3.3. Quadro esquematizado da educação escolar.....	1455
19.3.4. Fim (progressivo) da DRU para a educação e as ECs ns. 59/2009, 68/2011, 93/2016 e 103/2019.....	1457
19.4. Cultura.....	1459
19.4.1. Plano Nacional de Cultura (EC n. 48/2005).....	1459
19.4.2. Sistema Nacional de Cultura (EC n. 71/2012).....	1460
19.5. Desporto.....	1461
19.5.1. Desporto em sentido amplo.....	1461
19.5.2. Modalidades de desporto.....	1462
19.5.3. Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto.....	1463
19.5.4. Destinação dos recursos públicos para o desporto.....	1463
19.5.5. Manifestações desportivas de “criação nacional”.....	1463
19.5.6. Justiça Desportiva.....	1464
19.5.7. Bingos e a questão específica das loterias como serviço público (competência administrativa).....	1466
19.6. Ciência, tecnologia e inovação (EC n. 85/2015).....	1467
19.6.1. Perspectivas introduzidas pela EC n. 85/2015.....	1467
19.6.2. O papel do Estado.....	1468
19.6.3. Modalidades de pesquisa e o tratamento prioritário do Estado.....	1468
19.6.4. Apoio e incentivo do Estado.....	1469
19.6.5. Estado Social de Direito: concepção social do mercado.....	1470
19.6.6. O destaque para a biotecnologia.....	1470
19.7. Comunicação social.....	1470
19.7.1. Princípios orientadores da comunicação social.....	1471
19.7.2. Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV.....	1474
19.7.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1474
19.7.4. Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV).....	1476
19.7.5. Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN.....	1480

19.7.6.	Direito de antena e a EC n. 97/2017.....	1481
19.7.7.	Lei de Imprensa — ADPF 130	1481
19.7.8.	“Lei Eleitoral sobre o Humor” e a problemática das “fake news”	1482
19.8.	Meio ambiente	1483
19.8.1.	Conceito de meio ambiente.....	1483
19.8.2.	Aspectos do meio ambiente	1483
19.8.3.	Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.....	1484
19.8.4.	A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro.....	1486
19.8.5.	Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações	1488
19.8.6.	Incumbência do Poder Público	1488
19.8.7.	Crueldade contra animais?.....	1489
19.8.8.	Importação de pneus usados — ADPF 101	1496
19.8.9.	Exploração de recursos minerais	1496
19.8.10.	Responsabilidade por danos ambientais.....	1496
19.8.11.	Ecosistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional	1498
19.8.12.	Os “Soldados da Borracha” e a EC n. 78/2014.....	1498
19.8.13.	Terras devolutas	1499
19.8.14.	Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal.....	1501
19.9.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	1502
19.9.1.	Família: conceito de entidade familiar	1502
19.9.2.	União homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo)	1503
19.9.3.	Reconhecimento de união estável e de relação homoafetiva concomitantes para fins de rateio de pensão por morte.....	1504
19.9.4.	Transexualidade: transgêneros e o direito de alteração no registro civil	1505
19.9.5.	O enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo pelo STF (ADO 26 e MI 4.733)	1510
19.9.6.	A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)?	1511
19.9.7.	Família: assistência e proteção contra a violência doméstica. As particularidades da denominada Lei Maria da Penha (ADC 19 e ADI 4.424).....	1511
19.9.8.	Casamento: regras gerais; gratuidade da celebração; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	1516
19.9.9.	Divórcio: forma de dissolução do casamento civil à luz da EC n. 66/2010 e do CPC/2015.....	1517
19.9.10.	Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável	1519
19.9.11.	Criança, adolescente e jovem (EC n. 65/2010)	1520
19.9.12.	Criança, adolescente e jovem: proteção especial. Avanços trazidos pelo Estatuto da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016)	1523
19.9.13.	Alienação parental	1524
19.9.14.	Adoção	1525
19.9.15.	Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA	1528
19.9.16.	Portadores de deficiência.....	1529

19.9.17. Inimputabilidade penal	1533
19.9.18. Dever de reciprocidade entre pais e filhos	1534
19.9.19. Idosos	1534
19.10. Índios	1536
19.10.1. Os índios no constitucionalismo brasileiro	1536
19.10.2. Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra”	1537
19.10.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1538
19.10.4. Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras.....	1541
19.10.5. Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas.....	1541
19.10.6. Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas	1542
19.10.7. Demarcação das terras indígenas	1543
19.10.8. Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios.....	1547
19.10.9. Educação nas comunidades indígenas.....	1548
19.10.10. Infanticídio indígena.....	1550
19.11. Material digital exclusivo	1551
20. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1553
Material digital exclusivo.....	1553
21. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	1555
Material digital exclusivo.....	1555
<i>Referências</i>	<i>1557</i>